

ACERTO EXTERNO/CLUBE DE PARIS

GAZETA MERCANTIL

11 JAN 1993

Brasil e Grã-Bretanha chegam a acordo sobre dívida brasileira

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os governos do Brasil e da Grã-Bretanha chegaram a um entendimento sobre o acordo bilateral que vai reescalonar pelos próximos 14 anos a dívida brasileira de US\$ 1,150 bilhão junto à agência oficial de crédito britânica, o Export Credit Guarantee Department (ECGD). Este acordo foi fechado nos moldes do acordo firmado entre o Brasil e os credores oficiais do Clube de Paris em fevereiro de 1992 e será o primeiro a ser assinado no governo do presidente Itamar Franco.

Até aqui, França, Estados Unidos e uma agência canadense já firmaram os acordos bilaterais com o Brasil. O acordo com a Grã-Bretanha será assinado nesta semana pelo embaixador Peter Heap e pelo ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, e é sem dúvida um passo para marcar a normalidade nas relações entre o Brasil e o governo britânico, embora não seja o suficiente. Desde 1988 o ECGD não faz novos em-

préstimos de financiamento ao comércio com o Brasil mas, mesmo com o entendimento bilateral, vai aguardar o desfecho das novas negociações que o Brasil deve encaminhar brevemente junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O acordo bilateral com a Grã-Bretanha abrange a reestruturação de débitos em atraso na posição de dezembro de 1991 e débitos vencidos e vincendos no período entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de agosto de 1993, incluindo compromissos devidos e que haviam sido objeto das negociações dos acordos 2 (fechado em 1987) e 3 (fechado em 1988) com o fórum do Clube de Paris. Os atrasados devidos em 31 de dezembro de 1991, envolvendo o primeiro acordo celebrado entre o País e o Clube de Paris em 1983, foram suspensos até o final de 1996. As somas envolvidas no acordo bilateral a ser assinado nesta semana com a Grã-Bretanha estão assim distribuídas: US\$ 62,9 milhões de recursos relacionados com o acordo 1; US\$ 280,5 milhões do acordo 2; US\$ 438,9 mi-

lhões do acordo 3; e US\$ 365,5 milhões do acordo 4.

O entendimento bilateral com os britânicos só se tornou possível depois que ambos os países acertaram uma forma de contornar a exigência do Senado Federal que impôs um limite de 0,3% para o "spread" (taxa de risco) cobrado no refinanciamento daquelas dívidas acima da taxa de captação das agências credoras. O ponto que precisava ser contornado centrava-se no fato de que o ECGD cobra "spread" de 0,5%.

A solução encontrada para viabilizar o entendimento envolveu três medidas operacionais com as quais o Brasil concordou: o pagamento dos compromissos reescalados com o ECGD será feito a cada três meses e não semestralmente como ocorre com os demais credores oficiais; além disto, será usada a "Libor" (taxa praticada no mercado interbancário de Londres) de três meses e não de seis meses; e, ainda, esta "Libor" estará referenciada a depósitos em libras esterlinas e não em depósitos em

dólar norte-americano. Estas medidas devem compensar a diferença do "spread". A partir da assinatura do acordo, o governo britânico espera receber o primeiro pagamento de juros, no valor de cerca de US\$ 100 milhões em março próximo.

HELICÓPTEROS

Apesar das indicações de que o ECGD pretende aguardar o encaminhamento do acordo do Brasil com o FMI, o governo brasileiro tem reivindicado junto aos ingleses apoio financeiro para projetos do Ministério da Marinha. O próprio ministro, Almirante Ivan da Silveira Serpa, esteve com o embaixador Peter Heap na semana passada para pedir financiamento à compra de oito helicópteros do tipo Lynx, fabricados pela Companhia Westland e que são usados para pouso em fragata. A Marinha brasileira também quer financiamento para a reforma de outros seis helicópteros adquiridos junto àquela empresa inglesa. No total, o valor solicitado envolve US\$ 230 milhões.